

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: País defende etanol em conferência do clima](#) 13

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Imagem arranhada.....	2
Título: Cerrado tem desmatamento superior ao da Amazônia	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Energia e gás levam inflação ao maior nível em 14 meses.....	4
Título: Estatais federais têm gestão nota 4, diz governo Temer.....	6
Título: Estatal elétrica da Venezuela dá calote de US\$ 28 milhões	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Autor: ANDREZA MATAIS	9

Título: » Energia.	9
Título: Energia e gás puxam IPCA em outubro.....	9
Título: Credor denuncia calote venezuelano	10
Título: O futuro da Eletrobrás	12
Título: País defende etanol em conferência do clima.....	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	15
Título: Luz e gás pressionam IPCA.....	15

VEÍCULO: O Globo

Seção: Sociedade

Autor: Renato Grandelle

Título: Imagem arranhada

Políticas públicas controversas diminuem influência do país na Conferência do Clima

Sempre foi assim nas convenções internacionais de meio ambiente: o Brasil era admirado pela matriz energética limpa, a guarda da Amazônia e a habilidade de intermediar o diálogo entre países ricos e em desenvolvimento. Desta vez, a delegação liderada pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, chegou à Conferência do Clima de Bonn (COP-23), aberta no início da semana na Alemanha, com más notícias na bagagem. Em um ano, o governo brasileiro colecionou uma série de revezes na área ambiental. Perdeu verbas para um fundo de proteção à floresta e viu emissões de gases de efeito estufa crescerem em nível recorde, mesmo em recessão econômica. Colheu forte reação no Brasil e no exterior com medidas provisórias que reduziriam unidades de conservação e um decreto que erradicaria a Reserva Nacional do Cobre (Renca). Recuou, mas o estrago na reputação já estava feito.

Desgastado por divisões políticas internas, o país tem hoje menos capacidade de influenciar o debate internacional em torno dos esforços para deter as mudanças climáticas, avaliam ambientalistas. Coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace, Márcio Astrini diagnostica dois "Brasis" nas negociações: — São duas situações: a primeira é o "faça o que eu digo" onde nossos diplomatas cobram que outros países sejam ambiciosos no corte de poluentes. A segunda é o "não faça o que eu faço", ou seja, não repitam o que acontece por aqui:

conflitos envolvendo indígenas e unidades de conservação, grilagem, entre outros escândalos. O Brasil planeja direcionar 70% dos seus investimentos em energia em combustíveis fósseis, exatamente o que a Conferência do Clima quer abolir. E ainda lida com uma medida provisória que injetaria R\$ 1 trilhão em subsídios fiscais para a indústria do petróleo.

"BRASIL NÃO É LÍDER"

Para Astrini, se houvesse na conferência um "ranking de imagem", o Brasil teria despençado. E o pior ainda está por vir. As eleições podem transformar a legislação ambiental em moeda de troca política. — Temos um corpo de diplomatas muito bom, mas ações valem mais do que palavras. Há tempos o Brasil não é líder ou exemplo — lamenta o ativista.

Diretor do Programa ClimaInfo, Delcio Rodrigues observa que o Brasil tem todos os recursos para servir de exemplo mundial, a começar pela matriz energética baseada principalmente em hidrelétricas: — O país apresentou meta muito maior do que outros países para reduzir emissões, melhor inclusive do que a da China, embora a energia renovável cresça mais rápido na Ásia. No entanto, o mundo conhece o cenário político conturbado do Brasil, e isso se reflete em uma perda de confiança. Prova disso é que não estamos chefiando nenhum grupo de trabalho.

Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima, acredita que o país apostará, na COP-23, em mensagens como o declínio da taxa de desmatamento na Amazônia — embora o índice tenha sido inferior ao desflorestamento observado nos dois anos anteriores — e em planos para revitalizar as operações de proteção à floresta. — O problema é que o esforço para recompor o Ibama se baseia na verba do Fundo Amazônia, que agora foi cortado pela metade — ressalta. — E o governo também pode se orgulhar de ter reduzido, no último ano, o apelo às termelétricas a carvão. Mas isso ocorreu porque a crise hídrica acabou. Ou seja, é resultado de um fenômeno natural, não de política pública.

Disseminar a agenda ambiental entre os grupos políticos é o maior desafio brasileiro, diz Igor Albuquerque, gerente de mudanças climáticas da organização Iclei (Governos Locais pela Sustentabilidade). — Não existe uma liderança técnica para nortear o governo e nem um debate estendido à população — observa. — Ao substituir gases de efeito estufa por fontes de energia limpa, surgem oportunidades econômicas ainda não exploradas.

Diante da crise econômica, ainda há controvérsias sobre a possibilidade de o país cumprir a meta apresentada, que consiste na redução de 37% da emissão de gases-estufa até 2025 em relação aos níveis de 2005. Segundo os discursos reforçados em Bonn, os governos nacionais terão mais chance de sucesso se

envolverem outros atores nas negociações, como prefeituras, estados e a iniciativa privada.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Cerrado tem desmatamento superior ao da Amazônia

Bioma tem poucas unidades de conservação e pode desaparecer até 2030

Enquanto o mundo volta os olhos para a Amazônia, outro bioma brasileiro, logo abaixo no mapa, agoniza sem tanta notoriedade. Entre 2000 e 2015, o Cerrado perdeu 236 mil quilômetros quadrados de mata — mais do que sua ilustre vizinha, que perdeu 208 mil quilômetros quadrados e é duas vezes maior.

Os dados foram divulgados anteontem pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) na COP-23. De acordo com o levantamento, cerca de 30 milhões de hectares do Cerrado já estão desmatados, não têm uso ou sofrem com modelos ineficientes de produção. No atual ritmo de devastação, o bioma, que cobre 24% do território nacional, pode desaparecer até 2030.

MONITORAMENTO BIANUAL

Enquanto a Amazônia tem registros mensais sobre a área desmatada, as pesquisas sobre o tema no Cerrado são bianuais — os últimos índices conhecidos são do período entre 2013 e 2015.

— O Cerrado está muito mais exposto ao desmatamento — ressalta Tiago Reis, pesquisador do Ipam. — Menos de 8% de sua cobertura vegetal está dentro de unidades de conservação. Na Amazônia, mais da metade está em áreas protegidas por lei.

Segundo Reis, o Cerrado contribui para o abastecimento de oito das 12 bacias hidrográficas brasileiras, e é possível conciliar a conservação de sua biodiversidade e a vitalidade do agronegócio. — É só ter inteligência territorial: descobrir as áreas com maior vocação para a agricultura e as melhores para a pecuária; recuperar aquelas não usadas para estas atividades e proteger os locais onde a vegetação ainda está de pé.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA - DO RIO

Título: Energia e gás levam inflação ao maior nível em 14 meses

Conta de luz e botijão elevam IPCA a 0,42% em outubro e ainda devem pressionar o indicador em novembro

Alimentos caem pelo 6º mês seguido, mas em ritmo menor, com o fim da safra; em 12 meses, inflação sobe para 2,7%

Puxada por aumentos na conta de luz e no botijão de gás, a inflação acelerou de 0,16% em setembro para 0,42%, em outubro, maior índice desde agosto de 2016. Em 12 meses, a taxa também subiu, de 2,54% para 2,70%, ainda abaixo do piso (3%) e do centro (4,5%) da meta do governo. A expectativa é que o indicador de novembro siga pressionado por eletricidade e combustíveis, diante da mudança no valor da bandeira tarifária cobrada na conta de luz e de recentes altas na gasolina e no gás de botijão.

Segundo o IBGE, o grupo Habitação, em que se enquadram energia e gás de botijão, foi responsável por metade da alta do IPCA em outubro. A inflação desse grupo foi de 1,33% no mês, ante queda de 0,12% em setembro. A energia subiu 3,21% no mês, diante da adoção da bandeira vermelha patamar 2, que acrescentou à conta de luz R\$ 3,50 a cada 100 quilo-watts-hora (kWh) consumidos para pagar o uso de usinas térmicas. Já o gás de botijão teve alta de 4,49%, resultado de reajuste de 12,9% promovido pela Petrobras nas refinarias, para acompanhar as cotações internacionais do produto.

No ano, a energia elétrica acumula alta de 9,27%, e o gás, de 12,98%. A tendência de alta deve se manter, já que a bandeira vermelha patamar 2 foi elevada para R\$ 5 por 100 kWh e a Petrobras anunciou novo reajuste no preço do gás, de 4,5%. O segundo grupo com maior impacto foi o de Transportes, com alta de 0,49% e contribuição de 0,09 ponto percentual, puxado pela alta das passagens aéreas.

ALIMENTOS

Entre os nove grupos pesquisados pelo IBGE, apenas Alimentação e Bebidas (-0,05%) e Artigos de Residência (-0,39%) tiveram impacto negativo no mês. No primeiro caso, foi o sexto mês consecutivo de queda, o que só havia ocorrido em 1997. No acumulado do ano, esse grupo tem queda de 2,02%, a maior desde 1994, mas o ritmo de redução já é menor do que em meses anteriores, devido ao fim da safra.

O economista do IBGE Fernando Gonçalves disse, porém, que ainda é cedo para decretar uma mudança de rota na trajetória dos preços. "Durante o ano todo, a oferta de alimentos foi muito boa, o que ajudou a controlar a inflação. Em outubro, tivemos a energia puxando para cima", disse Gonçalves.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: FLAVIA LIMA - DE BRASÍLIA****Título: Estatais federais têm gestão nota 4, diz governo Temer**

Indicador de gestão criado pelo atual governo conferiu nota máxima para a Petrobras após Operação Lava Jata

Companhias com pior desempenho são mais dependentes de verba federal e mais sujeitas a indicações políticas

O governo conferiu nota 4, em um ranking de zero a 10, para a gestão de empresas estatais federais. O novo indicador de governança, espécie de selo de qualidade criado pelo Ministério do Planejamento, contempla três critérios: gestão, controle e auditoria; transparência das informações; e funcionamento de conselhos, comitês e diretorias. Na média, as empresas conseguiram nota 5,7 em gestão, 3,2 em transparência e apenas 1,9 no indicador que avalia conselhos e diretorias das empresas.

De um total de 150 estatais federais, 48 participaram do processo de avaliação. Entre as companhias analisadas, oito estão no nível 1, o mais alto, quatro, no nível 2, 20, no nível 3, e 16, no pior nível, o 4. "Os números mostram que há espaço grande para melhoria, dando o mapa de onde devemos atuar com mais força", disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. O índice, segundo ele, deve subsidiar as ações do governo em políticas como alocação de pessoal, reajustes e autorização para concursos.

ESCÂNDALO

Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal aparecem no grupo de companhias que conseguiram o selo máximo de qualidade de gestão, o nível 1 de governança das estatais. No total, oito empresas estão nesse nível. Entre elas, pelo menos cinco estão envolvidas em operações suspeitas de corrupção. "Aquele Petrobras envolvida em escândalos não levaria nota 10", disse o ministro do Planejamento. Segundo ele, a nota foi dada à gestão atual, a "esta Petrobras".

O ministro explicou ainda que os dados para alimentar o indicador foram coletados recentemente, entre agosto e outubro deste ano, portanto, muito depois do início de investigações e em um período no qual essas empresas estão se reorganizando. Do total de companhias analisadas, um terço está no nível 4, o de pior avaliação. São empresas como a EPE

(Empresa de Pesquisa Energética), a EPL (Empresa de Planejamento e Logística) e a CBTU (Companhia Brasileira Trens Urbanos).

No geral, as empresas com pior desempenho são também as mais dependentes do Orçamento do governo porque não têm sócios privados. Essas empresas sofrem mais em tempos de restrição fiscal e estão mais sujeitas a indicações políticas. O ministro, porém, negou que esse tipo de indicação afete necessariamente o desempenho da empresa. "Não podemos dizer que qualquer indicação do governo é tecnicamente incompetente. Precisamos evoluir nessa discussão", declarou.

Oliveira disse ainda que o maior desafio a enfrentar é a instalação, por essas companhias estatais, de comissões e comitês de auditoria — quesito com a menor nota média. O indicador de governança engloba quatro níveis. No pior deles estão empresas com notas entre zero e 2,59 e, no melhor, entre 7,6 e 10. Petrobras e Banco do Brasil levaram nota 10, seguidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com 9,5. A Companhia Docas do Maranhão teve a pior avaliação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor:

Título: Estatal elétrica da Venezuela dá calote de US\$ 28 milhões

DE SAO PAULO- A companhia estatal venezuelana Electricidad de Caracas entrou em default ao não pagar juros de títulos da dívida no valor de US\$ 650 milhões (R\$ 2 bilhões) que vencem em 2018, afirmou a agência fiduciária nesta sexta-feira (10).

O título Elecar, originalmente emitido pela Eletricidad de Caracas, que passou a ser conhecida como Corpoelec após a nacionalização em 2007, deveria ter pago um cupom de US\$ 28 milhões em 10 de outubro. Um "período de graça" foi concedido e venceu no último dia 9 de novembro, afirmaram os portadores dos títulos à agência de notícias Reuters.

"A falha do emissor em pagar juros nas notas quando devido em 10 de outubro de 2017 constitui um default sob o contrato", disse Wilmington Trust, provedor de serviços institucionais internacionais e corporativos, em nota postada na Bolsa de Luxemburgo. O Ministério da Energia da Venezuela, que supervisiona a Corpoelec, e a Wilmington Trust não comentaram.

O default coincide com o anúncio do presidente Nicolás Maduro de que seu governo irá reestruturar todos os pagamentos de dívidas futuros, deixando

investidores inquietos sobre o destino dos cerca de US\$ 60 bilhões em títulos emitidos pela estatal venezuelana de petróleo, PDVSA. Planos para reestruturar esses títulos devem ser discutidos em um encontro com credores marcada para segunda-feira em Caracas por Maduro, embora vários tenham dito que não irão.

Alguns investidores podem interpretar o fracasso no pagamento do Elecar como um sinal de que Maduro possa estar preparando um amplo default. No entanto, um default do Elecar, relativamente pequeno, não desencadeia automaticamente um default nos outros títulos. Já títulos da PDVSA e da Venezuela carregam cláusulas que significam que um default em um título coloca um número de outros títulos também em default.

Dois portadores de títulos Elecar disseram que processos resultando do default teriam de ser abertos contra a Corpoelec, e não contra o governo da Venezuela.

OPÇÕES

Uma teoria é que Caracas entre em default em US\$ 22 bilhões da dívida soberana, mas mantenha os pagamentos de US\$ 27 bilhões da PDVSA, informou o jornal britânico "Financial Times".

A ideia, diz o "FT", é que o fundo soberano tem poucos bens no exterior que credores poderiam confiscar, enquanto a PDVSA tem carregamentos de petróleo. Ao protegê-los, Maduro pode continuar exportando petróleo e se utilizando dessa renda.

Assim, o jornal avalia que Maduro consegue colher dividendos políticos. Ele pode culpar os EUA pelo default soberano, por causa das sanções financeiras que lhe foram impostas, e usar o dinheiro poupado para impulsionar importações que hoje estão deprimidas, como comida e remédios.

A Venezuela deve US\$ 16 bilhões para a China, US\$ 3 bilhões para a Rússia, US\$ 1 bilhão para o Brasil e US\$ 5 bilhões para organismos multilaterais. Seu default terá implicações geopolíticas que vão muito além das finanças.

Tentativas de credores de confiscar fundos que a Venezuela poderia gastar em bens de importação escassos terão implicações humanitárias, lembra o "FT", complicando uma situação já complexa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: ANDREZA MATAIS****Título: » Energia.****Coluna do Estadão**

A Eletronuclear quer a ajuda do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), para renegociar o contrato de empréstimo de R\$ 2,6 bilhões que fez no BNDES para construir Angra 3.

» Contaminação. Ainda sem gerar energia, Angra 3 contamina todas as finanças da Eletronuclear. A direção da empresa considera a situação insustentável. Maia prometeu ajudar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Daniela Amorim / RIO****Título: Energia e gás puxam IPCA em outubro**

Inflação oficial acelerou para 0,42% no mês passado, mas ficou dentro da expectativa; no ano, taxa está em 2,21%, a mais baixa desde 1998

O aumento nas contas de luz e gás de botijão pressionaram a inflação em outubro, mas o cenário permanece benigno para os preços na economia. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acelerou de 0,16% em setembro para 0,42% no último mês. O resultado é bem próximo das expectativas mais otimistas de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa acumulada no ano, de 2,21%, foi a mais baixa para o período de janeiro a outubro desde 1998. Segundo especialistas, o desempenho corrobora as expectativas de que o Banco Central mantenha o ciclo de cortes na taxa básica de juros, apesar das incertezas sobre a reforma da Previdência. “Se isso continuar se repetindo, se a inflação continuar nessa toada boa e a atividade seguir não muito robusta, abre a janela para que o Banco Central talvez se anime um pouco mais quanto à inflação.

O que está em jogo é se a porta continuará aberta, se a Selic vai parar em 7,0%, ou se cairá mais em fevereiro. Para dezembro, o BC tem deixado claro que juro vai a 7,0%”, afirmou o economista Daniel Gomes da Silva, do Modal Asset Management. Surpresa. O economista-chefe da Quantitas Asset Management, Ivo Chermont, acredita que a surpresa positiva com a inflação de outubro

mantém aberta a possibilidade de mais duas reduções na taxa Selic, encerrando o ciclo em 6,75% em fevereiro. “O mais importante é que o número dá conforto e mantém aberta a probabilidade de novo corte (na Selic) em fevereiro.” O aumento na energia elétrica e no gás de botijão respondeu sozinho por 0,17 ponto porcentual da inflação.

A tarifa de energia elétrica subiu 3,28%. Em outubro, a bandeira tarifária vermelha patamar 2, com uma cobrança adicional de R\$ 3,50 a cada 100 Kwh consumidos, substituiu a bandeira amarela vigente em setembro, que previa um adicional de R\$ 2 a cada 100 Kwh consumidos. “Energia elétrica teve reajuste de tarifa também”, lembrou Fernando Gonçalves, gerente da Coordenação de Índices de Preços do IBGE. Ele citou aumentos ocorridos em Goiânia, Brasília e São Paulo.. Pressão. A conta de luz continuará pressionando o IPCA em novembro, com a manutenção da bandeira vermelha em patamar 2, mas com um reajuste na cobrança adicional, que passa de R\$ 3,50 para R\$ 5,00 a cada 100 Kwh consumidos. Já o gás de botijão ficou 4,49% mais caro no mês passado, reflexo do reajuste médio de 12,9% nas refinarias, em vigor desde 11 de outubro.

O gás de botijão já acumula no ano aumento de 61,96% nas refinarias, o que provocou elevação de 12,98% no preço ao consumidor. As famílias, porém, voltaram a gastar menos com alimentação, pelo sexto mês seguido. O preço dos alimentos para consumo em casa diminuiu 0,17% em outubro. “À medida que os efeitos da supersafra se dissipem ainda mais, é esperado que os preços de alimentos reforcem a trajetória de variações cada vez mais próximas do indicado pela sua sazonalidade”, alertou Marcio Milan, analista da Tendências Consultoria Integrada. A taxa de inflação acumulada em 12 meses acelerou de 2,54% em setembro para 2,70% em outubro, mas ainda não há impacto de uma suposta melhora da demanda, e sim da normalização do nível de preços, que estavam muito baixos no ano passado devido à crise econômica, avaliou Gonçalves. / COLABORARAM MARIA REGINA SILVA E THAÍS BARCELLOS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor:

Título: Credor denuncia calote venezuelano

Financeira do Delaware diz que empresa elétrica do governo chavista não pagou juros de dívida no valor de US\$ 28 mi e agrava temores

Em meio à incerteza sobre o pagamento de títulos da dívida da estatal do petróleo PDVSA, o governo da Venezuela deixou de pagar ontem juros de um compromisso de menor valor, contraído pela estatal do setor elétrico, com a

financeira americana Wilmington Trust, informou a empresa com sede no Estado do Delaware. Segundo o fundo, a empresa estatal elétrica da Venezuela deu calote no pagamento de juros de uma dívida avaliada em US\$ 650 milhões. Os juros, de US\$ 28 milhões, teriam de ter sido pagos até a quinta-feira. A antiga Eletricidad de Caracas tornou-se a Corporação Elétrica Nacional (Corpoelec) depois de ter sido nacionalizada em 2007 pelo presidente Hugo Chávez. “O descumprimento do pagamento dos juros constitui quebra de contrato”, disse a empresa.

Diante do calote, a estatal venezuelana pode ser processada desde que 25% dos detentores de títulos de sua dívida concordem com uma ação judicial. A empresa não se pronunciou ontem. O calote ocorre a três dias de uma reunião em Caracas convocada pelo presidente Nicolás Maduro com detentores da dívida pública venezuelana. Pressionado pela má gestão econômica e pelas sanções impostas pelos Estados Unidos, o chavismo quer “renegociar e reestruturar” a dívida, sem deixar claro se haverá ou não um default. Estima-se que a dívida total do país seja de US\$ 150 milhões. Tensão. Ainda ontem, a PDVSA deveria pagar US\$ 81 milhões de dólares de um bônus para não cair em moratória.

As agências Fitch, Standard and Poor’s e Moody’s rebaixaram a classificação da dívida em virtude de investidores não terem recebido US\$ 1,161 bilhão de títulos 2017 da PDVSA, que o governo disse ter começado a pagar na sexta-feira passada. A pedido dos credores, um comitê de sociedades financeiras se reuniria ontem com a Associação Internacional de Swaps e Derivados (ISDA) em Nova York para analisar o não pagamento do bônus 2017. “Estamos no fim do jogo e agora se tornou uma questão de dias, não semanas, até que se confirme o não pagamento”, avaliou a consultoria Capital Economics. O governo deverá pagar, na segunda-feira, outros US\$ 200 milhões, além dos juros. Ao todo, deve quitar entre US\$ 1,47 bilhão e US\$ 1,7 bilhão em juros dos bônus até o fim deste ano.

“A renegociação e reestruturação” da dívida tem muitos obstáculos. O cenário mais possível é uma eventual moratória”, comentou Andrea Saldarriaga, analista para América Latina do centro Atlantic Council. As sanções que os Estados Unidos impuseram à Venezuela em agosto impedem que o governo recorra a fontes externas de capital e proíbem que investidores americanos negociem a dívida venezuelana. “Isso dificulta chegar a um acordo com seus credores”, opinou Saldarriaga. Cerca de 70% dos credores de bônus são americanos e canadenses. “A isso se soma a falta de liquidez da Venezuela”, acrescentou. Com a economia devastada e reservas internacionais de apenas US\$ 9,7 bilhões, Caracas terá de pagar, em 2018, cerca de US\$ 8 bilhões. Outro obstáculo é que Maduro designou como principal negociador o vice-presidente

Tareck El Aissami, que Washington incluiu em uma lista de funcionários venezuelanos sancionados. /AFP

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Suely Caldas

Título: O futuro da Eletrobrás

Opinião

A decisão de privatizar parte da Eletrobrás (o governo continuará detentor de 40% das ações) é acertada e o modelo escolhido de vender 60% das ações de controle para investidores privados é positivo, mas vai enfrentar o inédito desafio de Estado e setor privado partilharem a nova gestão, com seus vícios, defeitos e virtudes. Pelo histórico de influências políticas que há décadas arruinam o setor elétrico estatal, será indispensável um acordo de acionistas do núcleo controlador muito bem definido e capaz de livrar a nova Eletrobrás de interferências políticas miúdas, como inflar subsidiárias com apadrinhados, ou graúdas – como a desastrosa decisão da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2013, de obrigar as elétricas a reduzirem a tarifa em 20%, o que levou a Eletrobrás à ruína financeira e os brasileiros a arcarem com sucessivos reajustes na tarifa que anularam e até ultrapassaram a queda de 20%. A péssima influência política tem sido a marca das elétricas estatais nos últimos 30 anos.

O caso mais grave é o das seis distribuidoras do Norte e Nordeste empurradas para a Eletrobrás em 1997 e que agora serão vendidas pelo preço ridículo de R\$ 50 mil, mais barato que um carro popular. Usadas como instrumentos de muita corrupção e para financiar campanhas políticas locais, desde Sarney, passando por FHC, Lula, Dilma e, agora, Temer, o diagnóstico para elas foi sempre o mesmo: tirá-las das mãos de governadores e políticos e privatizá-las. Mas o poder deles falou mais alto e as seis viraram um estorvo para a Eletrobrás.

Padecem de incompetência administrativa, serviço de péssima qualidade, uma megadívida que soma R\$ 20,8 bilhões e prejuízos bilionários (R\$ 6,6 bilhões em 2016) – tudo por causa da irresponsabilidade dos governantes de esticarem a corda e adiarem a inevitável solução. Com uma dívida líquida de R\$ 23 bilhões, parte expressiva decorrente da destrambelhada decisão de Dilma de 2013, a Eletrobrás vai arcar agora com mais R\$ 11 bilhões das dívidas dessas distribuidoras, desvalorizando seu preço final de venda. Mesmo a R\$ 50 mil, não será fácil encontrar compradores para elas: além da dívida de R\$ 9,8 bilhões (91% da Amazonas Distribuidora) que vão absorver, os vencedores dos leilões terão de nelas investir R\$ 2,4 bilhões no primeiro momento e mais R\$ 5,4

bilhões nos próximos cinco anos. O governo pretende privatizá-las até fevereiro, separadas da Eletrobrás. A conferir.

A operação da Eletrobrás será mais demorada. O governo quer concluí-la até julho de 2018, mas ela pode se estender pelo segundo semestre porque depende de aprovação no Congresso, emitir e organizar a venda das ações – já que não será um leilão clássico de arremate por um único consórcio, mas uma venda pulverizada de 60% das ações com direito a voto e cada investidor detendo, no máximo, 10%. Se bem-sucedida, será uma experiência inédita de gestão compartilhada de uma empresa gigante, responsável pela maior parte da geração e transmissão de energia do País.

A grande dúvida está na definição dos limites do poder do Estado, detentor sozinho de 40% do controle acionário. Se o modelo desenhado alcançar êxito, 60% do capital será privado, mas pulverizado entre variados investidores. Eles atuarão como um bloco aliado para barrar tentativa de interferência política do governo? Experiência que se aproxima desse modelo é a mineradora Vale, administrada por um consórcio formado pelo Bradesco, fundos de pensão de estatais, BNDESPar e Mitsui. Ali o governo está diretamente representado pelo BNDESPar e indiretamente pelos fundos de pensão, que deveriam, mas não são independentes. Hoje a Vale segue o estilo de gestão de uma empresa privada, mas, em 2011, o presidente Roger Agnelli foi demitido por interferência direta do ex-presidente Lula e de seu ministro da Fazenda, que também opinaram na escolha do substituto. Por isso um acordo de acionistas com normas bem definidas é imprescindível para afastar o risco de ingerências políticas, que quase destruíram a Eletrobrás.

JORNALISTA.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: País defende etanol em conferência do clima

Brasil retoma pauta do combustível limpo como solução barata para reduzir emissões

Paralelamente às negociações climáticas que ocorrem na Conferência do Clima, em Bonn (Alemanha), o Brasil retoma a “diplomacia do etanol” como uma de suas principais bandeiras no combate ao aquecimento global. Na cúpula, que vai até a próxima sexta, dia 17, o País aproveitou o seu evento oficial para fazer a promoção da Plataforma Biofuturo. Lançada em 2016, com o apoio de outros 19 países, trata-se de uma parceria para incentivar os biocombustíveis avançados e

ajudar a reduzir a emissão de gases de efeito estufa do setor de transporte. Em Bonn, o plano é juntar novamente todos os membros para revisar o que avançou no último ano. Há ainda a expectativa de que o Brasil apresente como seu principal resultado para esse esforço o programa Renovabio, que está sendo custurado pelo **Ministério de Minas e Energia** para fomentar novos investimentos e promover a retomada do crescimento dos biocombustíveis. Havia uma expectativa de que ele seria levado ao Congresso na semana que passou, mas a proposta está parada.

O governo defende o etanol como uma solução já disponível, fácil e barata para promover em larga escala a redução imediata das emissões do setor de transporte. Mas essa ideia enfrenta dois desafios. Um deles é interno – a previsão de investimentos do País para 2050 no último Plano Nacional de Energia é de 74% em fósseis. O outro é externo: o desafio da eletrificação de carros, em especial na Europa, onde muitos países já têm data para o fim dos carros movidos a combustível. Só em 2016, segundo a Agência Internacional de Energia, foram vendidos no mundo 750 mil veículos elétricos. França e do Reino Unido, por exemplo, anunciaram planos de, até 2040, banirem a venda de carros novos a diesel e gasolina. China e Índia estudam adotar esse caminho. E as montadoras já vêm se antecipando às mudanças de legislação. Projeção. Nesse cenário, o País pode se isolar com o etanol? Não está insistindo em um negócio que só vai fazer sentido aqui?

A expectativa brasileira é que, mesmo que a eletrificação dos carros seja rápida, não será imediata nem onipresente. Haverá um período de transição de pelo menos 15 anos, em que o etanol já pode ajudar na redução de emissões. “Não é uma questão de sermos contra os carros elétricos, mas em matéria de mudança do clima temos de usar todas as alternativas”, diz o embaixador José Antonio Marcondes, negociador- chefe da delegação brasileira em Bonn. Ele lembra que apesar de um carro elétrico não emitir gases de efeito estufa, é preciso analisar de onde vem a fonte de energia. Se de fontes limpas, como eólica, solar e hidrelétrica, o ganho para o clima é real. Mas se vem de fonte térmica a carvão ou a gás, a poluição continua sendo gerada.

A proposta brasileira tem respaldo da Agência Internacional de Energia (IEA) e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Segundo essas organizações, a transição para uma economia de baixo carbono e o cumprimento do Acordo de Paris, que prevê limitar o aquecimento global bem abaixo dos 2°C, não vai ocorrer sem a ajuda da bioenergia. “Precisamos de todas as tecnologias de baixo carbono que conhecemos. A contribuição da bioenergia é muito importante porque nós estimamos que quase 20% da redução das emissões vão vir dela”, diz Paolo Frankl, líder da Divisão de Energias Renováveis da IEA. Para especialistas ouvidos pelo Estado, o futuro do etanol, porém, não está no transporte individual, mas em ônibus, caminhões e, quem sabe, na

aviação e na marinha – para as quais a tecnologia ainda está em fase de experimentação. E também no uso para a produção de bioquímicos (em substituição ao petróleo). “Claro que há o carro elétrico, mas isso é para cidades. Mas quando pensamos em caminhões, navios, aviões, há realmente pouco a fazer. Por isso não deve haver dicotomia entre biocombustíveis e carros elétricos. Preferimos dizer que se complementam”, diz Frankl.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Luz e gás pressionam IPCA

Puxada pela alta no preço da energia e do botijão de gás, a inflação subiu 0,26 ponto percentual e alcançou 0,42% em outubro. No acumulado do ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 2,21%, melhor resultado para o período desde 1998. Segundo especialistas, a tendência é que o indicador suba nos próximos meses com o encarecimento dos alimentos.

Em outubro, o grupo de gastos habitacionais foi o que mais aumentou. Subiu 0,21 ponto percentual, chegando a 1,33%. A alta foi causada pela elevação de 4,49% no preço do gás de botijão — depois de um reajuste médio de 12,90% nas refinarias da Petrobras — e de 3,28% no valor da energia, com a bandeira tarifária vermelha 2. Houve também alta de tributação do PIS/Cofins, que impulsionou maiores reajustes nas tarifas em algumas unidades da Federação, como no Distrito Federal, que expandiu em 6,84%.

Considerando os últimos 12 meses, o IPCA ficou em 2,7% e deve encerrar o ano entre 3,01% e 3,08%. Com isso, a inflação para os últimos dois meses de 2017 deve ficar entre 0,4% e 0,5%. As altas mais expressivas devem ocorrer pela recuperação dos preços dos alimentos devido ao fim da safra agrícola de 2017, que em outubro, pelo sexto mês consecutivo, impulsionou a queda no grupo dos alimentos, que recuou 0,05% no mês passado — recuo bem menos intenso do que o registrado em setembro, de 0,41%.

Para Evandro Buccini, economista-chefe da Rio Bravo, a tendência é que os preços dos alimentos subam nos próximos meses, se estendendo ao próximo ano. “2017 foi excepcional. A boa safra agrícola resultou numa queda dos preços, mas é difícil que isso se repita em 2018”, disse.

O advogado Rafael Fernandes, 35 anos, reclama da conta de luz. Segundo ele, o acréscimo é desproporcional à realidade e, por isso, está usando de gerador de energia. A medida fez com que ele economizasse R\$ 330. “Eu já senti um aumento de 60% na energia da minha casa. Além do gerador, estamos

diminuindo o uso de eletrodomésticos, lavando roupas só uma vez na semana e tomando banhos mais rápidos”, declarou. Além disso, ele também reclamou do preço do botijão de gás. “Não estamos tendo condições de manter esses aumentos constantes. Daqui a pouco cozinharemos em fogão a lenha”, lamentou.

Brasília

Brasília é a única capital pesquisada com a inflação acima de 4% no acumulado de 12 meses. O IPCA fechou em 4,12% na cidade nesse período. Os consumidores estão insatisfeitos, principalmente, com os gastos de transporte. Segundo Fernando Gonçalves, técnico de pesquisa do IBGE, o que mais contribuiu para o aumento da inflação foram a tarifa de ônibus e o preço dos combustíveis.

“No acumulado de 12 meses encerrados em outubro, a gasolina subiu 12,82%, com um impacto de 0,65 ponto percentual no índice. Já as passagens encareceram 25%, resultando num impacto de 0,62 ponto percentual”, declarou. Descontando o efeito dos grupos, a inflação ficaria em 2,85% no período.

Para o professor Mário Torres, 74, além dos preços abusivos, a justificativa para a variação de valores da gasolina é falaciosa. “Dizem que o preço é flutuante, mas nós só conseguimos ver aumento, principalmente no gás de cozinha e na gasolina”, criticou.

**Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

MME / ASCOM .